



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

ANTONIO ALBERTO DE ALBUQUERQUE

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR, NO MUNICÍPIO DE PARARI - PB**

**SUMÉ - PB
2014**

ANTONIO ALBERTO DE ALBUQUERQUE

**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PARARI - PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Me. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.

**SUMÉ - PB
2015**

A345a Albuquerque, Antonio Alberto de
Análise política pública de Ater para agricultura familiar, no município de Parari - PB / Albuquerque, Antonio Alberto de. - Sumé: [s.n], 2014.
32p.

Orientador: Professor Me. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento

Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública.

1. Gestão pública. 2. Política pública. 3. Parari - município - PB. 4. Agricultura familiar. I. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento. II. Título

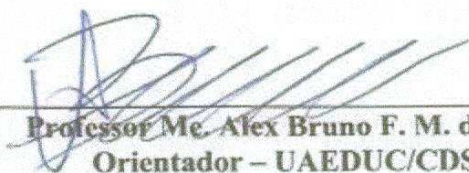
CDU 32:631.15(045)


ANTONIO ALBERTO DE ALBUQUERQUE

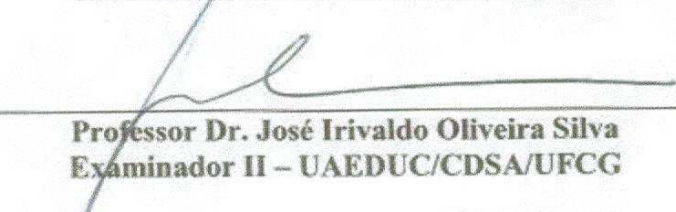
**ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR, NO MUNICÍPIO DE PARARI - PB**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCADA EXAMINADORA:


Professor Me. Alex Bruno F. M. do Nascimento
Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG


Professora Dra. Kelly Cristina Costa Soares
Examinador I – UAEDUC/CDSA/UFCG


Professor Dr. José Irivaldo Oliveira Silva
Examinador II – UAEDUC/CDSA/UFCG

Trabalho aprovado em: 11 de setembro de 2014.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus por me permitir que tivesse saúde e perspectiva para nunca parar de estudar mesmo diante de vários obstáculos em minha vida.

A minha família, que sempre contribuiu de formas direta e indireta para minha educação, principalmente aos meus pais, Vicente Moreira de Albuquerque e Maria Benigna de Albuquerque, que sempre acreditaram no meu esforço; a todos os meus irmãos e irmãs Egna, Maria das Graças, Manoel, Maria de Fátima, Emerenciana, José de Anchieta (*in memória*), Ari e Lúcia, que torcem por mim.

A minha grande e eterna companheira que me suportou e suporta, além de me dar todo o esforço nesta luta, Lúcia de Fátima Queiroga de Albuquerque, aos filhos Francisco de Assis, Phillipe e Mauricio, ao neto Matheus, pela força e companheirismo na jornada diuturnamente.

Aos meus amigos e amigas de infância, que não citarei nomes para não cometer injustiça por talvez emoção e ou talvez esquecimento.

A professora Dr^a. Kelly Cristina Soares, por me acompanhar na qualidade de orientadora inicial e ao prof. Dr. Alex Bruno, que não mediu esforços para me orientar ao longo do desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

Aos professores Dr. Irivaldo e Dr^a. Kely Cristina, da banca examinadora, pelas contribuições e sugestões apresentadas durante a defesa deste trabalho, como também a todos (as) professores (as) que tive o prazer de tê-los como educadores e nos ensinamentos transmitidos, os quais irão com certeza me fazer com que possa transmiti-los com grandeza para a sociedade.

Aos colegas de trabalho Genilson Bezerra de Brito, Roberto Carlos Cavalcante e Marizelia Farias por auxiliarem-me nos trabalhos de campo no Município de Pararí - PB.

Enfim, a todos os Agricultores e Agricultoras Familiares que permitiram minha entrada em suas residências, e a todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho realizou uma análise da política pública, ATER Pública (Assistência Técnica e Extensão Rural Pública) no município de Pararí – PB, tendo em vista o contexto no qual estão inseridos, as alternativas disponíveis para a agricultura familiar, e seus esforços para alcançar a sustentabilidade econômica. Tendo como objetivo analisar as políticas Assistência Técnica e Extensão Rural Pública no município, no período compreendido entre os anos de 2010 à 2013. Para a pesquisa de campo foi feita a aplicação de questionários a 20 agricultores e agricultoras domiciliados na zona rural de Pararí, distribuídos aleatoriamente de acordo com a disponibilidade de participação dos entrevistados, através do qual cada entrevistado respondeu a questões que abrangeram desde informações gerais, a informações da infraestrutura e sistemas de produção da propriedade, as respostas foram analisadas e distribuídas por percentuais. Contudo, as ações da ATER pública para a agricultura familiar em Pararí, assim como em muitos outros municípios das demais regiões do país estão em busca de uma integração entre crescimento e desenvolvimento, que venha a possibilitar a viabilidade econômica e social desta classe.

Palavras-chave: Agricultura, Assessoria técnica, Políticas Públicas.

LISTA DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1. Localização do Município de Parari – PB	15
Divisão de gêneros masculino e feminino dos agricultores e	
Figura 2. agricultoras entrevistados, domiciliados na zona rural do município	
de Parari	17
Figura 3. Divisão de faixa etária dos agricultores e agricultoras entrevistados,	
domiciliados na zona rural do município de Parari	18
Apresentação do tempo decorrido em que os agricultores e	
Figura 4. agricultoras entrevistados praticam as atividades agrícolas e	
pecuárias	20
Figura 5. Apresentação de ensiladeira no preparo de reserva alimentar	
(silagem)	24

LISTA DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1. Análise do grau de escolaridade da população amostrada	19
Tabela 2. Rebanho atual e rebanhos consumido e vendido no período de 2010 a 2013	22

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	11
3. A POLÍTICA PÚBLICA DE ATER	13
4. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PARARI – PB	14
4.1. Aspectos Socioeconômicos	15
4.2. Aspectos Geográficos	16
5. PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO DE ATER NO MUNICÍPIO DE PARARI	17
6. CONCLUSÃO.....	25
7. REFERÊNCIAS.....	27
ANEXO	29

1 INTRODUÇÃO

O contexto de elaboração das políticas públicas territoriais evoluiu fortemente durante as duas últimas décadas sob o efeito de uma evolução do referencial das políticas públicas tanto em nível internacional quanto nacional, assim como sob o efeito de mudanças importantes ocorridas no mundo rural no Brasil.

É sabido, através de pesquisas e publicações em artigos científicos recentes sobre Extensão Rural, que diante dos desafios do desenvolvimento sustentável, os aparatos públicos de extensão terão que transformar sua prática convencional e introduzir outras mudanças institucionais, para que possam atender às novas exigências da sociedade.

Embora não haja consenso sobre o conjunto de elementos envolvidos ou sobre uma nova teoria para o desenvolvimento rural, algumas questões-chave estão colocadas para as entidades de extensão rural do Brasil, entre as quais cabe destacar: o programa Fome Zero que exigirá uma maior e mais qualificada produção de alimentos; a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural; o apoio aos setores mais debilitados da população rural, de modo a garantir melhorias da qualidade de vida dessa população; a realização de ações capazes de melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas em geral; e, sem dúvidas, a adoção de estratégias participativas e democráticas que incluam o imperativo de proteção ambiental, conservação dos recursos naturais e produção de alimentos saudáveis.

As discussões acerca da agricultura familiar têm conquistado espaço cada vez mais expressivo em diferentes ramos da ciência, entre os especialistas em políticas públicas e nos setores governamentais ligados direta ou indiretamente ao espaço rural. Essas discussões assumem maior relevância ainda quando relacionadas as propostas de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda e segurança alimentar.

Com o objetivo de minimizar os impactos causados pelo modelo de modernização da agricultura brasileira, auxiliando os produtores familiares no desenvolvimento de sua lógica de produção, desenvolveram-se algumas políticas públicas voltadas para o setor agropecuário, baseadas nas “políticas de mercado” (preços e comercialização de produtos e crédito) e também nas “políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura, e de recursos naturais e meio ambiente)”, ambas buscando favorecer a integração

com os demais setores e a internacionalização da agricultura. A essas somaram-se também as políticas agrárias, que visavam intervir na estrutura fundiária, e as políticas de desenvolvimento rural, sendo estas representadas pela incorporação e desenvolvimento das demais políticas, tendo como resultado, em um prazo mais longo, o crescimento setorial seguido de expressivos aumentos no nível e distribuição de renda associados à preservação dos recursos naturais e do meio ambiente (LEITE, 2001).

Este trabalho teve como principal objetivo analisar as políticas Assistência Técnica e Extensão Rural Pública no município de Parari – PB, no período compreendido entre os anos de 2010 à 2013. Para isso buscou-se identificar as alternativas disponíveis para a agricultura familiar no município, destacando qual a importância dessas políticas voltadas para a categoria da agricultura familiar e identificando, através da aplicação de questionários, a existência e os tipos de mudanças ocorridas na agricultura familiar impulsionadas pelas políticas públicas de ATER.

Em uma pesquisa de cunho qualitativo a utilização do método científico propicia ao pesquisador pensar criticamente, a fim de que possam ocorrer vinculações necessárias entre as ideias, revelando as condições que definem a verdade dos enunciados pré-estabelecidos nos questionamentos.

Inicialmente, foram definidas 32 questões apropriadas ao presente estudo no questionário utilizado no trabalho de campo (em anexo). Procedeu-se a distribuição dos 20 questionários a 20 agricultores e agricultoras domiciliados na zona rural de Parari em um universo de 200 atendidos pela ATER pública no município, distribuídos aleatoriamente de acordo com a disponibilidade de participação dos entrevistados. A aplicação dos questionários aconteceu durante o mês de julho de 2014, através de visitas residenciais aos entrevistados.

No questionário, cada entrevistado respondeu a 32 questões que abrangeram desde informações gerais do entrevistado, assim como informações da infraestrutura da propriedade e sistemas de produção, agrícolas e pecuárias, empregadas na propriedade.

Para a organização dos dados colhidos em nossa pesquisa de cunho qualitativo, optou-se pela análise de conteúdo, sendo feita a leitura e análise de cada resposta, para posterior discussão.

Além da aplicação dos questionários, foi usado o método de pesquisa bibliográfica, ou seja, a busca de informações através de material escrito, através do qual buscamos obter conhecimento sobre diferentes concepções de políticas públicas de ATER bem como,

conhecer modelos de políticas públicas e seus resultados em outros municípios, estados e Regiões do Brasil.

Os procedimentos da pesquisa bibliográfica se definiram mediante os seguintes passos: determinação dos objetivos; elaboração de um plano de trabalho; identificação das fontes; localização das fontes e obtenção do material; leitura do material; fazendo-se apontamentos; confecção de fichas; e escrita do trabalho.

2 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar representa hoje no Brasil, 33% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e é responsável por 70.% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Este segmento econômico e social garante a ocupação de 74,4% da mão de obra no meio rural, utilizando menos de um quarto da terra agricultável do país, em 84,4% de todos os estabelecimentos agropecuários.

Tavares (2002, p. 19) propõe, para análise da categoria da agricultura familiar, a relevância da “decomposição e recomposição de sistemas sociais” diante das diferentes relações que cada um estabelece com outros sistemas. O Nessa mesma lógica, Tavares (2002, p. 20) também propõe que, para a caracterização da população do espaço rural, sejam considerados também “... os elementos históricos, sociológicos e geográficos...”. Questões ainda como a ocupação de determinado espaço e sua vocação, constituem aspectos que ajudam a explicar e caracterizar a população desse espaço. Segundo Wanderley (2001, p. 21) “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação”.

Assim, a discussão sobre a agricultura familiar passa pelo contexto que se formou em seu entorno, envolvendo a importância dos centros urbanos e sua cultura, também a questão do mercado e da globalização econômica, e de como essa categoria se transformou para adaptar sua própria lógica a esta realidade. (WANDERLEY, 1996).

A forte relação estabelecida entre a família, a propriedade e o trabalho representa o foco de preocupação do camponês com relação à garantia de sobrevivência no presente e também com o que Wanderley (1996, p. 3) chama de “horizonte das gerações”, a garantia das gerações futuras. Desse modo, a transmissão do conhecimento a essas gerações constitui um dos eixos da forma de reprodução do campesinato, bem como o sistema de policultura desenvolvido por este público como forma de assegurar a subsistência familiar. Lamarche (1997, p. 15) confirma essa ideia ao deixar explícito que esse modelo de agricultura requer as noções de “transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração”.

Muito embora a agricultura familiar brasileira, na atualidade, busque novas formas de adaptação e reprodução, encontra no Modelo Original do campesinato a origem de sua

formação e reprodução. Algumas características do campesinato são extremamente relevantes como identificadores dessa categoria, e também hoje são encontradas na agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1997).

A modernização agrícola intensificou a valorização da unidade agrária, resultando em uma maior concentração fundiária, bem como na dificuldade de acesso à terra por parte do pequeno produtor rural (DAVID, 1996). A modernização agrícola aprofundou assim as diferenças entre as categorias de agricultores rurais e conduziu a agricultura camponesa à busca de adaptação para sua reprodução, assumindo novos contornos e dando lugar à chamada agricultura familiar. Esse agricultor familiar não carrega mais consigo a integridade das características da agricultura camponesa, mas se apresenta fortemente ligado à propriedade, constituindo uma forma de agricultura que busca sua inserção na economia de mercado por meio do trabalho desenvolvido pela mão-de-obra familiar.

A agricultura familiar foi assumindo o seu caráter diverso, apropriando-se dos meios de produção e desenvolvendo-os na busca de uma lógica de reprodução satisfatória. Vale dizer, “... a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE, 1997, p. 18). Desse modo, o caráter de homogeneidade, presente na agricultura camponesa, não integra a agricultura familiar (FERREIRA, 2004). A agricultura familiar, que encontra suas raízes no campesinato, desenvolveu outras formas de reprodução buscando sua adaptação ao mundo moderno, considerando sua “comunicação” com o espaço urbano e a questão da inserção em um sistema produtivo e uma economia capitalista, muito embora essa inserção seja representada por uma produção em pequena escala. SANTOS (2001, p. 62), também se refere às adaptações da agricultura familiar e ao capitalismo presente, esclarecendo que “a penetração do capitalismo no campo, (...) não tem significado historicamente a destruição da pequena produção, mas a redefinição de seu papel no movimento mais geral da acumulação”.

Assim, na busca de uma caracterização geral da agricultura familiar, adequada ao mundo contemporâneo, Tavares (2002, p. 58) sustenta que o produtor integrante dessa categoria se caracteriza como sendo “...um produtor familiar-trabalhador que não é camponês e nem assalariado, mas um agricultor familiar, o qual não tem autonomia completa de seus meios de produção, embora tenha sua propriedade”.

3 A POLÍTICA PÚBLICA DE ATER

As políticas públicas de desenvolvimento territorial, produzidas pelo Governo Lula vieram na sequência das políticas estabelecidas, progressivamente, desde o fim do período militar, num contexto marcado pela emergência do modelo democrático-liberal e pelos movimentos, simultâneos, de reforma do Estado e abertura econômica cujas consequências modificaram o quadro da formulação das políticas públicas (BONNAL E MALUF 2007).

O Território da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

O Território Cariri Ocidental – PB abrange uma área de 7.075,10 Km² e é composto por 17 municípios: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, S.J. do Tigre, S.S. do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá, Zabelê, S.J. dos Cordeiros, Prata e Pararí.

A população total do território é de 121.544 habitantes, dos quais 45.483, vivem na área rural, o que corresponde a 37,42% do total. Possui 10.548 agricultores familiares, 896 famílias assentadas, 1 comunidades quilombola reconhecida e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,61. (sit.mda.gov.br)

Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA passou a ser responsável pelas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, como estabelece o Decreto Nº 4.739, de 13 de junho daquele ano. Por delegação da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, um grupo de técnicos coordenou a elaboração da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater, promovendo um amplo processo de consulta, a partir de audiências, encontros e seminários envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de Ater governamentais e não governamentais. Este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos e redundou no documento que sintetiza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA, 2004 *Apud* CAPORAL, 2005).

Desde finais de 2003, seguindo as orientações desta Política, a SAF, através do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – Dater, vem implementando esta nova proposta. O objetivo deste artigo é registrar alguns passos deste processo e identificar alguns desafios que ainda precisam ser enfrentados para que o Brasil possa vir a ter, de fato, um novo perfil de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, capaz de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL, 2005).

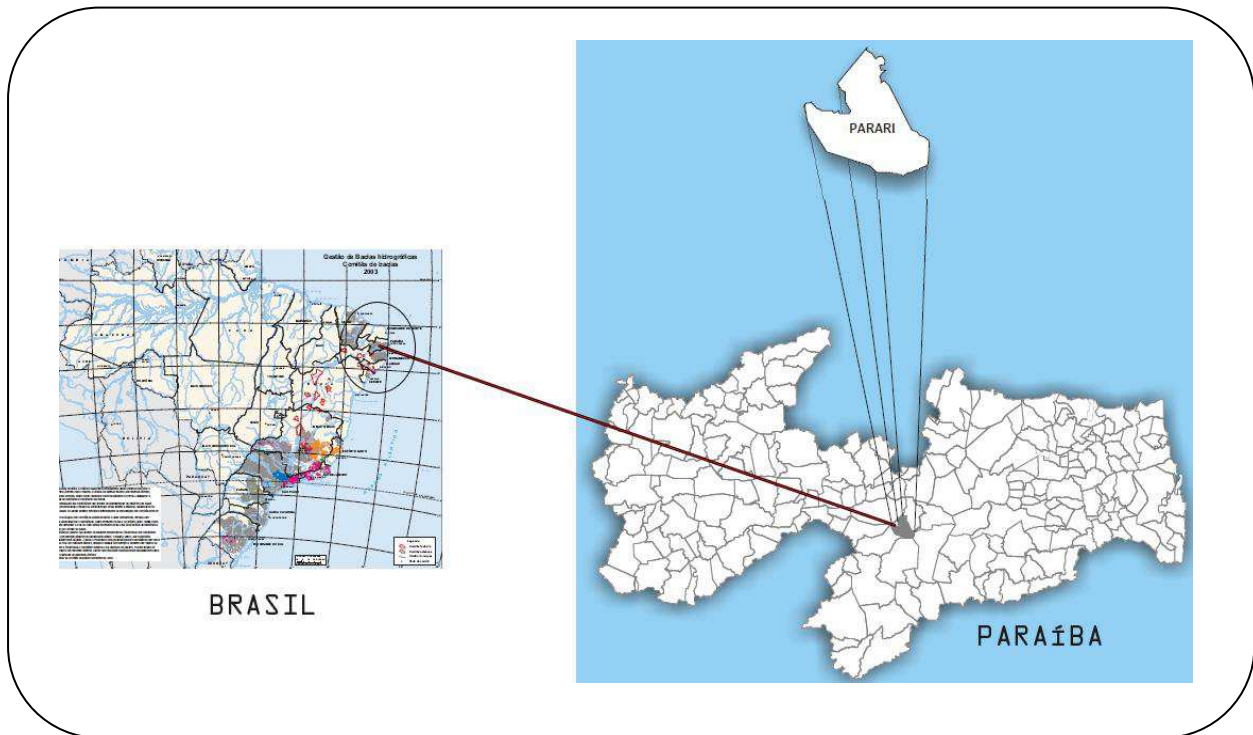
A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural estabelece que a Missão da Ater deve ser “Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (MDA, 2004 *Apud* CAPORAL, 2005).

4 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PARARI – PB

Situado na região central do Estado da Paraíba, Meso-Região Borborema e Micro-Região Cariri Ocidental, o município de Parari (Figura 1) limita-se ao norte com os municípios de Santo André, leste com Santo André, Gurjão e São João do Cariri, sul com Serra Branca e São José dos Cordeiros, oeste com o município de São José dos Cordeiros.

Possui área de 150,4km² e insere-se na folha Juazeirinho (SB.24-Z-D-II) editada pelo MINTER/SUDENE no ano de 1970. A sede municipal tem uma altitude de 498 metros e localiza-se através das coordenadas geográficas 758.787EW e 9.190.087NS-MC-39.

Figura 1 - Localização do Município de Parari - PB.



4.1. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O município de Parari foi criado pela lei número 5.887 de 29 de abril de 1994 e instalado em 01 de Janeiro de 1997. Com área de 150,40 km² possui, segundo o Censo Demográfico 2010, população de 1.256 habitantes entre os quais (44,3%) residem na zona urbana e (55,7%) na zona rural. Do total da população 621 são homens e 635 são mulheres (IBGE, 2010).

A rede de saúde municipal dispõe de 01 unidade ambulatorial. Na área educacional o município apresenta 20 estabelecimentos de ensino fundamental e 01 estabelecimento de ensino médio. Da população residente 64,9% habitantes são alfabetizados.

Do total de 357 domicílios particulares permanentes, 25,7% são abastecidos pela rede geral de água. O município tem como principal atividade econômica a agricultura.

A economia tem como suporte principal o setor Primário com participação na faixa de 50,1 a 75%, seguindo-se o setor Secundário com 10,1 a 25% e o Terciário com 5 a 25%. Na agricultura destacam-se as culturas de sisal, algodão, feijão, milho e mandioca. Na pecuária sobressaem-se a criação de bovino, caprinos e ovinos e na avicultura a criação de galináceos com produção de ovos.

4.2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de Parari está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. Ocupa uma área de arco que se estende do sul de Alagoas até o Rio Grande do Norte.

O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta. A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. A vegetação desta unidade é formada por *Florestas Subcaducifólica e Caducifólica*, próprias das áreas agrestes.

O clima é do tipo *Tropical Chuvoso*, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro.

Nas superfícies suaves onduladas a onduladas, ocorrem os *Planossolos*, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural média e ainda os *Podzólicos*, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta.

Nas *Elevações* ocorrem os solos *Litólicos*, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos *Vales* dos rios e riachos, ocorrem os *Planossolos*, medianamente profundos, imperfeitamente drenados, textura média/argilosa, moderadamente ácidos, fertilidade natural alta e problemas de sais. Ocorrem ainda *Afloramentos* de rochas.

O município de Parari encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, sub-bacia do Rio Taperoá. Seus principais tributários são: o Rio dos Cordeiros, o Rio Livramento, o Rio de Fora e os riachos: Serrote dos Poços, do Poço, da Tocaia, do Agreste, de Fora, do Meio, do Franco, do Marco, Riacho do Munlugu, do Midubim, Quixaba, Riacho D'Água, das Caibeiras, Riacho do Balde, Riacho de Piancó, Riacho do Estevão, do Salgado, da Marcação e São Caetano.

O principal corpo de acumulação é composto pela Lagoa do Meio, Lagoa Grande, Açude da Serrota, Açude das Caibeiras, das Marias Pretas, do Zumbi, o do Riacho do Balde e o de Orio. Todos os cursos d'água têm regime de escoamento Intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico.

De acordo com a classificação de Köppen, o clima predominante na região é do tipo semi-árido quente, classificado como Bsh, a semi-aridez do clima caracteriza a paisagem,

onde a precipitação média anual de 698,9 mm (DCA/UFCG, 2009). A temperatura média anual predominante na bacia é de 26°C, sendo que os meses mais quentes, registrados, vão de novembro a fevereiro e os mais frios, de julho a agosto. A umidade relativa do ar varia entre 55% e 75%, de acordo com a época do ano (PERH, 2006).

5 PESQUISA: IMPLEMENTAÇÃO DE ATER NO MUNICÍPIO DE PARARÍ.

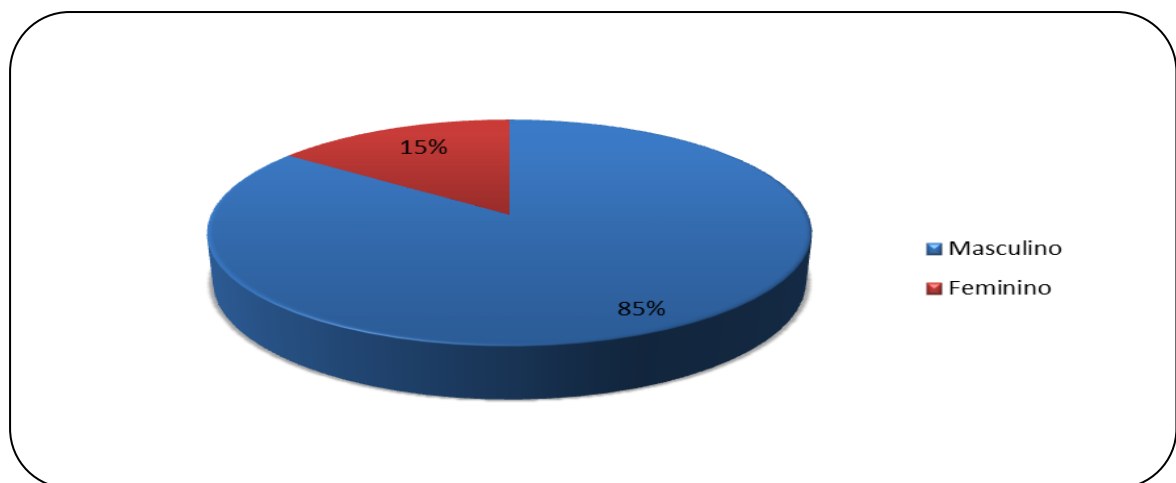
A análise a seguir corresponde a um período delimitado de atividades da política de ATER no município de Parari – PB, de 2010 a 2013. Porém, algumas informações citadas nas respostas de questionários perduram de períodos que antecedem esse processo, mas não prejudicam os resultados.

Durante o processo de levantamento dos dados algumas questões nortearam nossa observação sobre o trabalho realizado pela política de ATER no município de Parari:

- Quais as mudanças alcançadas pelos agricultores através da política de ATER?
- Qual o papel dos agricultores nas mudanças?
- Qual o papel da assessoria técnica nas mudanças?
- Aconteceram melhorias através das mudanças?

Buscamos essas respostas através da pesquisa feita com agricultores e agricultoras domiciliados na zona rural do município de Parari.

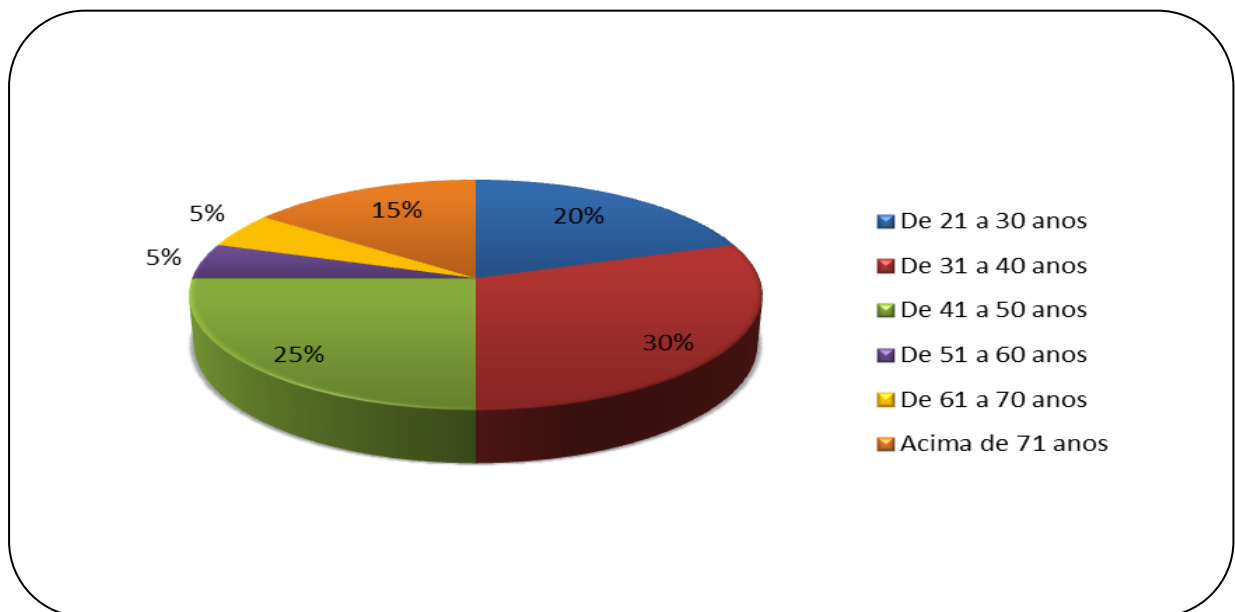
Figura 2 - Divisão de gêneros masculino e feminino dos agricultores e agricultoras entrevistados, domiciliados na zona rural do município de Parari.



Fonte: Dados da pesquisa.

Podemos observar nas Figuras 2 e 3 a divisão de faixa etária e de gênero dos agricultores e agricultoras domiciliados na zona rural de Parari que responderam os questionários. Na Figura 2 identificamos que 85% dos entrevistados, a grande maioria, foi do gênero masculino e 15% do gênero feminino, o que nos revela a referência paternal da família, ou seja, o tradicional modelo de família onde o pai é o chefe da casa. Na Figura 3 podemos observar que 30% dos agricultores e agricultoras possuem idade entre 31 e 40 anos, 25% estão entre 41 e 50 anos, 20% entre 21 e 30 anos, seguidos de 15% com idade acima de 71 anos, chegando a 80 anos de idade, 5% entre 51 e 60 anos e 5% entre 61 e 70 anos de idade. A maior partes dos residentes no campo possui idade entre 31 e 50 anos, seguidos das pessoas com idades acima de 51 anos e a menor parte destes é possuem idade inferior a 30 anos, indicando a ausência de jovens no campo.

Figura 3 - Divisão de faixa etária dos agricultores e agricultoras entrevistados, domiciliados na zona rural do município de Parari.



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre o nível de escolaridade dos entrevistados constatou-se que a grande maioria (70%) não possui o 1º grau completo, apenas 15% possui o 1º grau completo e os demais 15% possuem o 2º grau completo, sendo o segundo grau o mais alto nível de escolaridade encontrado entre os entrevistados (Tabela 1). Estes dados revelam que quanto mais elevado o nível de escolaridade (especialmente aquelas pessoas que possuem a partir do segundo grau completo, exigência esta considerada mínima de um modo geral para o mercado de trabalho

no comércio e indústria), maior é o grau de evasão do espaço rural, confirmando que especialmente a população jovem, que é a mais escolarizada, tem buscado outras alternativas desvinculadas das atividades de produção no espaço rural, confirmando a tendência de “envelhecimento” da população residente no campo.

Com relação a participação em sindicatos, associações e cooperativas, todos os entrevistados são sindicalizados e 90% deles também fazem parte de alguma associação nas suas comunidades. Os papéis que os sindicatos rurais dos municípios devem cumprir os benefícios que oferecem, e refletir a marca de políticas públicas anteriormente promovidas no país. A adesão a novos papéis que as políticas contemporâneas oferecem, nem sempre tem sido automática por parte destas organizações.

TABELA 1. Análise do grau de escolaridade da população da amostra.

Grau de escolaridade	% Pessoas entrevistadas
1º grau incompleto	70%
1º grau completo	15%
2º grau incompleto	0
2º grau completo	15%
3º grau incompleto	0
3º grau completo	0
Pós graduado	0
Analfabeto	0
Total	100

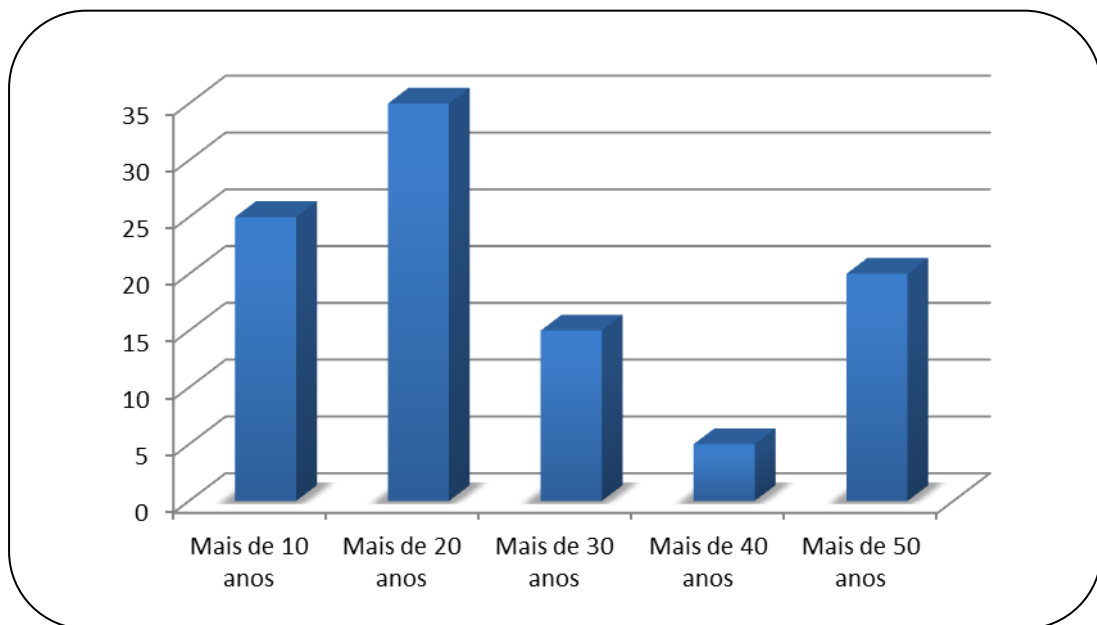
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Sobre as famílias dos entrevistados observamos famílias pouco numerosas, em relação aos residentes no local, com um número variando de 1 a 5 pessoas, com média geral de 3 pessoas por residência. Este baixo índice de pessoas residentes no campo está diretamente relacionado com a redução da população rural, mais especificamente a população mais jovem, cuja idade propicia o interesse pelo trabalho e em assumir funções. Porém, esta camada da população rural tem deixado o espaço rural em favor do urbano.

Quando perguntados sobre o tempo em que praticam as atividades agrícolas e pecuárias, 35% dos entrevistados responderam que praticam as atividades a mais de 20 anos, 25% a mais de 10 anos, 15% a mais de 30 anos, 20% a mais de 50 anos e 5% a mais de 40 anos (Figura 4). Segundo Silva (1996), a emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade é decorrente do próprio processo de urbanização do campo, resultante de um “transbordamento” das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas

em seu entorno. A segunda razão explicativa decorre da crise do próprio setor agrícola, particularmente a partir da abertura comercial dos anos noventa. Em trabalho recente, Silva & Del Grossi (1999) mostraram que, na década de 90, especialmente no período pós-real, houve uma acentuada queda das rendas agrícolas, especialmente entre as categorias dos ocupados rurais por conta própria, ou seja, os agricultores familiares. Uma terceira causa que explicaria o surgimento das atividades rurais não-agrícolas estaria relacionada aos limites do crescimento do próprio emprego agrícola devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego existente na estrutura agrária brasileira.

Figura 4 - Apresentação do tempo decorrido em que os agricultores e agricultoras entrevistados praticam as atividades agrícolas e pecuárias.



Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à posse de área agrícola, predominam dois tipos de relação de: o proprietário e o comodatário, despontando, entre os produtores rurais familiares, a condição de proprietário totalizando 60% dos entrevistados seguida da condição de comodatário com 40%. Segundo Führer (2004) comodato é o empréstimo de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição, do objeto. É um contrato unilateral, gratuito, instantâneo, principal e real.

Observamos também que essas propriedades possuem áreas que variam entre 12 hectares e 100 hectares, com uma média geral de 41 hectares, e que estão localizadas a

distâncias que variam de 6 quilômetros até 15 quilômetros da sede do município de Parari, com uma distância média geral de 9,35 quilômetros.

Sendo o módulo fiscal do município de Parari de 55 hectares, e a média de área de unidade produtiva ser de 41 hectares, fica demonstrada a tendência do universo de famílias da agricultura familiar estarem explorando, em média, unidades com área abaixo de um módulo fiscal. Para aqueles casos em que a média é trazida para o patamar inferior, muito possivelmente poderá estar ocorrendo um comprometimento da viabilidade econômica da área explorada quando relacionada com as atividades exploradas. Conforme o conceito de módulo fiscal, deve ser considerado para esta classificação o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda da área utilizada, e o conceito de propriedade familiar. Deste modo, ater-se unicamente ao tamanho da unidade rural pode-se depreender uma análise parcial da forma de reprodução da agricultura familiar.

Em se tratando da infraestrutura, quando perguntados sobre as benfeitorias e instalações existentes na propriedade, as benfeitorias mais identificadas em maior quantidade são currais e poços, sendo destacadas por todos os entrevistados, seguidas de cisternas e açudes, em 50% das propriedades, e apenas 30% relataram ter salas de ordenhas. Devido a relevante quantidade de poços, como vimos acima, e a localização das propriedades, observaram que os principais acessos de água para os animais são os poços e o rio.

Em relação a disponibilidade de máquinas e equipamentos na propriedade, 75% dos entrevistados afirmaram possuir forrageira e cultivador, 20% forrageira cultivador e motor-bomba e 5% apenas cultivador.

Sobre o sistema de produção das propriedades, 100% dos entrevistados indicaram a pecuária como a atividade econômica mais importante, entretanto praticam a atividade agrícola, e nela, nos anos de 2010 a 2013, todos os entrevistados indicaram o feijão e o milho como as culturas cultivadas.

Dentre as atividades pecuárias desenvolvidas pela agricultura familiar em Parari (Tabela 2), destacam-se a bovinocultura, a caprinocultura, a ovinocultura e a avicultura. As atividades foram analisadas no período de 2010 a 2013.

Tabela 2 - Rebanho atual e rebanhos consumido e vendido no período de 2010 a 2013.

	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Aves
Média atual nº cab. do rebanho	10,85	47,00	34,25	41,90
Média consumida nº cab. do rebanho	0,15	8,10	3,90	24,25
Média vendida nº cab. do rebanho	6,80	37,50	20,20	24,50

FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

De maneira geral, o número de animais utilizados para consumo é muito inferior ao número de animais utilizados para a comercialização, especialmente na atividade de bovinocultura, isso significa a importância da atividade pecuária na economia da agricultura familiar no município de Parari.

Sabendo que a pecuária a atividade mais importante economicamente, foi feita aos entrevistados a seguinte pergunta: “Qual o motivo de criar?” E os resultados foram condizentes com a *agricultura familiar*, visto que as respostas estão voltadas para o bem estar das famílias. Obtivemos respostas como “Para poder viver melhor com a família”, “Para o sustento da família”, que totalizaram 90% dos entrevistados, apenas 10% destes, além de citar a família, também falaram em melhoria da unidade produtiva.

Lamarche (1997) afirma que a produção camponesa corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Esse modelo constitui o que Lamarche convencionou chamar de “Modelo Original”, ou seja, aquele em que os diversos modelos encontram suas raízes, mas não o reproduzem em sua plenitude. Assim, as variações em relação ao “Modelo Original” refletem as diferentes lógicas desenvolvidas historicamente para a reprodução da agricultura, constituindo o que o autor denomina de “Modelo Ideal”. Esse modelo abriga assim a diversidade das formas de agricultura desenvolvidas (LAMARCHE, 1997).

O fato de a família ser o foco das respostas não pode desmerecer a unidade produtiva, uma vez que as melhorias da unidade só favorecem a família, isso sugere uma reflexão sobre a forma de se tratar a agricultura familiar como apenas subsistência, devendo-se investir na geração e aumento de lucros. Isso pode justificar a resposta de todos os entrevistados para a questão de controle financeiro, quando perguntados sobre a realização de controle financeiro (entradas e saídas) da unidade produtiva, todos relataram não realizar nenhum tipo de

controle. Entendemos que por ser uma unidade de agricultura familiar, não é vista pela família como unidade de geração de serviço e renda, o que é um erro grave, pois não se tem controle dos gastos nem dos lucros, e o que parece estar dando lucro pode não estar, e na verdade estar sendo mantido por estimação, erro comum na agricultura familiar, especialmente na região Nordeste onde se enfrentam longos períodos de estiagem e muitas vezes uma parte do rebanho é vendida para manter viva a outra parte. Por isso, o controle financeiro deve ser orientado aos agricultores e agricultoras pela assessoria técnica.

Para analisarmos os impactos da ATER, perguntamos aos entrevistados em que intervenções se enquadravam e todos responderam “*na geração de renda*” e “*na produção para a venda no comércio local*”. Destes, 55% citaram “*a melhoria dos conhecimentos técnicos da área*”, 45% “*a oferta de alimentos saudáveis*” e 35% “*a produção para o consumo familiar*”. É interessante quando observamos que a venda no comércio e consequentemente a geração de renda, aqui citadas, não são percebidas no “*Por que criar?*”, por outro lado os 35% do consumo familiar e os 45% da oferta de alimentos saudáveis, são números baixos também em relação a respostas do “*Por que criar?*”. Esses indicadores só reforçam a o nosso entendimento de que a unidade familiar precisa ser vista por seus membros como unidade produtiva e geradora de renda. Ressaltamos ainda a importância da ATER nesse destaque para a valorização da unidade produtiva, através do incentivo da prática da realização de controle contábil. Ainda dentro deste contexto de geração de renda, constatamos, analisando as respostas dos questionários aplicados, que todos os entrevistados vendem algum produto para programa governamental, para sermos mais específicos, todos responderam vender leite para o Programa do Leite do Governo do Estado, certamente através de uma intervenção positiva da ATER.

Adentrando no assunto ATER, observamos que todos os entrevistados afirmam receber assessoria técnica. 75% destes indicaram assessorias da EMATER – PB, e de Associações e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, já os demais 25% indicaram EMATER – PB, EMPASA, CONAB, Secretaria de Agricultura, Associações, e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em relação a participação de capacitações técnicas no período de 2010 a 2013, 45% afirmaram ter participado de cursos e palestras, 20% afirmaram ter participado de palestras e dias de campo, 20% afirmaram ter participado apenas de palestras e 15% afirmaram ter participado de cursos.

A influência dessas assessorias se reflete em resultados positivos como: 100% dos entrevistados afirmam utilizar manejos alimentar e sanitário; 100% dos entrevistados afirmam utilizar o esterco dos caprinos na adubação de culturas; 100% dos entrevistados afirmam fornecer concentrados e sal mineral, embora o sal mineral, em todos os casos, seja fornecido junto com o sal comum. O sal comum (NaCl) é um elemento considerado de grande importância para limitar o consumo do suplemento e, segundo RICH e GILL (1998, *Apud Zanetti et al.*, 2000), animais com 210 kg de peso vivo devem consumir diariamente 250 g de sal comum para que o consumo do suplemento seja controlado.

Figura 5 - Apresentação de ensiladeira no preparo de reserva alimentar (silagem).



Fonte: Acervo do pesquisador.

Observamos ainda que 100% dos entrevistados afirmam utilizar estratégias de reserva alimentar para o rebanho (Figura 5), destes 60% produzem e utilizam feno e silagem e 40% produzem e utilizam apenas feno.

Em relação a ordenha das vacas e cabras, 100% dos entrevistados utilizam ordenha manual, o que não pode ser considerado um resultado negativo, visto que são pequenas propriedades com rebanhos não tão grandes e que tradicionalmente praticam a ordenha manual.

Uma questão que pode ser melhorada está relacionada a sustentabilidade, nenhum dos entrevistados faz melhoramentos, como manejo, da vegetação nativa, a caatinga. Santos et al. (2010), em revisão sobre o potencial de plantas forrageiras da Caatinga na alimentação de ruminantes, destacam a variabilidade nos resultados das avaliações qualitativas e quantitativas dos recursos forrageiros desta. Outro aspecto importante é a possibilidade de terminação de caprinos (Carvalho Junior et al. (2009) e ovinos (Dantas et al., 2008) em Caatinga raleada e submetidos a diferentes níveis de suplementação, o que pode trazer respostas positivas no consumo total de matéria seca

6 CONCLUSÕES

A agricultura familiar de Pararí é constituída predominantemente pelo agricultor proprietário residente nessa propriedade, confirmando sua forte relação com a terra, possui em média unidades agrárias com tamanho menor a um módulo fiscal, bem como se mostra buscando sua inserção na dinâmica de reprodução atual por meio do desenvolvimento de atividades pecuárias e atividades agrícolas. Essas atividades agrícolas, apesar de serem menores que as pecuárias, vêm a caracterizar a presença da pluriatividade no setor rural. A maioria dos entrevistados é do gênero masculino com idade entre 31 e 40 anos e possui o grau de escolaridade 1º grau incompleto; ou seja, a maioria é de chefes de famílias que provavelmente não tiveram a oportunidade de se aprofundarem nos estudos.

A redução do número de habitantes do espaço rural, especialmente pela população mais jovem, remete à análise de que a população rural está também fortemente relacionada à redução por evasão do público mais jovem, especialmente aqueles que apresentam nível de escolaridade mais elevado, conforme demonstrado no trabalho de campo. Esses jovens, que representam os sucessores dos titulares das unidades produtivas, estão se afastando do espaço rural em troca da execução de atividades não agropecuárias no espaço urbano, ou seja, nem mesmo a combinação de atividades na propriedade satisfaz mais a atual situação. Essa evasão poderá resultar no enfraquecimento da agricultura familiar, pela não existência de sucessores.

Dentre os objetivos dos entrevistados, a prioridade é a melhoria da qualidade de vida da família rural. Porém, a propriedade ainda precisa ser vista como unidade produtiva e de geração de renda, visto que em nenhuma delas é feito nenhum tipo de controle financeiro.

A ATER está presente em todas as propriedades, o que fica explícito em ações como conservação de alimentos para os períodos de escassez, práticas de manejos sanitário, alimentar e de manejo do solo e água. Também através do acesso dos agricultores e agricultoras ao conhecimento por meios de cursos, palestras e dias de campo, que tendem a melhorar os resultados de produção e produtividade e conseqüentemente o aumento da renda familiar, aumentando a viabilidade da atividade.

Contudo, as ações da ATER pública para a agricultura familiar em Parari, assim como em muitos outros municípios das demais regiões do país estão caminhando em direção de um amanhã melhor, e em busca de uma integração entre crescimento e desenvolvimento, que sejam sólido e sustentável, aonde com isso possa vir possibilitar a viabilidade econômica e social desta classe e que a mesma tenha uma visão de futuro para um rural brasileiro aonde seja, Sustentável com Gente, que se manifesta em uma política de desenvolvimento para um rural que se pretende fazer parte e influenciar um projeto de nação para o século XXI. Assim, a visão de futuro de um rural sustentável aonde se reafirma os/as agricultores familiares como sendo protagonistas desta construção com vistas para um Brasil no século XXI, no qual o rural possa ser incorporado com toda sua complexidade de sua diversidade de atividades, povos, saberes, ecossistemas, e as diversas relações com a natureza.

REFERÊNCIAS

BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil.** In: I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis (SC), Agosto de 2007.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater:** primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. 2005. P.9-34. *Assistência Técnica e Extensão Rural: Construindo o Conhecimento Agroecológico.* Org.: Jorge Roberto Tavares e Ladjane Ramos. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM. Manaus, 2006. 122p.

CARVALHO JÚNIOR, A.M. **Efeito da suplementação na terminação de Caprinos F1 (Boer x SRD) em pastagem nativa do Semi-Árido Paraibano.** 2008. 79p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Capina Grande, Patos.

DANTAS, A.F.; PEREIRA FILHO, J.M.; SILVA, A.M.A.; SANTOS, E.M.; SOUSA, B.B.; CÉZAR, M.F. **Características de carcaça de ovinos Santa Inês terminados em pastejo e submetidos a diferentes níveis de suplementação.** *Ciência e Agrotecnologia*, v.32, n.4, p.1280- 1286, 2008.

DAVID, C. Consequências da modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista do Departamento de Geociências**, Santa Maria, n. 10, p. 200-213, 1996.

DCA/UFCG. Departamento de Ciências Atmosféricas/UFCG. Disponível em:< www.dca.ufcg.edu.br/clima >. Acesso em: 30 de julho de 2009.

FERREIRA, G. A. L. **A Proposta da política PRONAF para a Agricultura Familiar e seus resultados em Palotina – PR.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. CURITIBA, 2004. 167, f.

FÜHRER, M. C. A. **Resumo de obrigações e contratos (civis, empresariais, consumidor).** 24. ed. São Paulo: Malheiros editores, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=251065>>. Acesso em: 20 jul 14.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. 2. ed. vol. I, Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

PERH-PB. **Plano estadual de Recursos Hídricos**. João Pessoa-PB: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos. Disponível em CD - Rom. 2006.

SANTOS, A. B. A agricultura familiar e políticas públicas – o PRONAF em Sergipe. In. ANTONELLO, Ideni Terezinha; VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Visões do espaço rural**. Aracaju: Triunfo, 2001. p. 19-146.

SANTOS, M.V.F.; LIRA, M.A.; DUBEUX JÚNIOR, J.C.B.; GUIM, A.; MELLO, A.C.L.; CUNHA, M.V. **Potencial de plantas forrageiras da Caatinga na alimentação de ruminantes**. Revista Brasileira de Zootecnia, v.39, p.204-215, 2010. (Supl. especial).

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas, Unicamp/IE, 1999a (Coleção Pesquisas, n.1).

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. **Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-97**. Campinas, IE/Unicamp, 1999, mimeo (Projeto Rurbano).

TAVARES, L. A. **A dimensão sócio-espacial do rural brasileiro: os camponeses da microrregião de Cerro Azul, na região metropolitana de Curitiba – PR**. Dissertação. Curitiba, 2002.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

WANDERLEY, M. N B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu – MG, outubro, 1996.

ZANETTI, M. A., RESENDE, J. M. L., SCHALCH, F., MIOTTO C. M. **Desempenho de Novilhos Consumindo Suplemento Mineral Proteinado Convencional ou com Uréia**. Rev. bras. zootec., 29(3):935-939, 2000

Anexo

**QUESTIONÁRIO AOS PRODUTORES ASSISTIDOS PELA ATER PÚBLICA
(EMATER-PB) NO MUNICÍPIO DE PARARÍ – PB.**

Entrevistador: _____ Questionário nº _____

Local: PARARÍ Data: / /

1. Informações gerais do entrevistado

01. Nome:

02. Entrevistado: () M () F

() proprietário () filho(a) () Cônjuge do proprietário () outro: _____

03. Localidade: Localidade/Distrito/Município:

04. Tamanho da propriedade (há):

05. Distância da propriedade a sede do município (Km):

06. Número de dependentes da família (nº de pessoas que vivem na mesma residência):

07. Nível de escolaridade do produtor:

() Analfabeto () Primeiro grau incompleto () Primeiro grau completo () Segundo grau incompleto () Segundo grau completo () Técnico de nível médio (agrícola, contabilidade, etc...) () Superior incompleto () Superior completo

08. O que melhor descreve sua condição legal de produtor?

() Proprietário, () Posseiro, () Meeiro, () Arrendatário, () familiar, () Outro

09. É associado () Sim () Não

Se sim, qual: () Sindicato, () Cooperativa, () Associação, () Outros (discriminar):

10. Impactos da ATER, conforme o enquadramento das intervenções.

() Na geração de renda, () Na oferta de alimentos saudáveis, () Na oferta de matéria prima, () Na participação no mercado local, () Na oferta de posto de trabalho, () No bem estar familiar, () Na produção para o consumo familiar, () Na produção para a troca de produtos, () Na produção para a venda no comércio local, () Na melhoria dos conhecimentos técnicos da área, () No emprego de metodologias participativas, () No desempenho do papel educativo.

2. Informações gerais da produção agrícola e pecuária após receber ATER.

11. Quais das atividades são mais importantes economicamente para propriedade
() agrícola ou () pecuário
12. Produção agrícola da propriedade: feijão, milho, mandioca etc. (Anos de 2010/13).
13. Animais criados na propriedade (Rebanho atual)
14. Quais foram o consumo interno e as vendas da propriedade com produtos da pecuária no período 2010/13.
- a) Produção consumida na propriedade
- b) Produção Vendida

3. Informações sobre a infra-estrutura da propriedade.

15. Benfeitorias e instalações existentes na propriedade?
16. Disponibilidade de máquinas e equipamentos na propriedade?

4. Informações sobre o sistema de produção da propriedade.

17. Há quanto tempo cria?
18. Qual o motivo de criar?
19. Vende para programa governamental?
20. Utiliza manejo alimentar, sanitário e higiênico ? () Sim () Não
21. O que faz com o esterco dos caprinos? (Múltipla escolha).
() Vende () Aduba culturas () Outros (especifique)
22. Qual é o tipo de ordenha que realiza? () Mecânica () Manual
23. Faz melhoramentos na caatinga? () Não () Sim
24. Qual o principal acesso de água para os animais?
25. Fornece volumoso ao rebanho no cocho? () Não () Sim

26. Qual o tipo de volumoso é utilizado?

27. Fornece concentrados aos animais? () Não () Sim

28. É dado sal aos animais? () Não () Sim, sal comum. () Sim, sal comum + sal mineral

29. Utiliza estratégias de reserva alimentar para o rebanho:

() Não () Sim. Quais: () Feno () Silagem () Banco de proteínas

30. Realiza controle contábil (entradas e saídas) das atividades da propriedade?

() Sim () Não

31. Participou de alguma capacitação nestes anos? (Múltipla escolha).

() Cursos () Palestra () Dias de Campo () Outro (especificar) _____

32. Utiliza assistência técnica? () Sim () Não

Se sim, qual(is) instituição(ões) e frequência: